

# Presidente da Siemens critica a Constituinte

SÃO PAULO — Ao contrário do que ocorreu no final da década de 50, quando o plano de metas elaborado pelo governo Juscelino Kubitschek conseguiu atrair para o Brasil um volume inédito de investimentos estrangeiros na área industrial, a política industrial divulgada pelo presidente José Sarney, na semana passada, não terá, por enquanto, nenhum efeito mobilizador sobre os investidores internacionais.



Hermann Wever

“Com essa carta constitucional que está aí, não há hipótese de que o capital estrangeiro venha a se engajar num novo esforço de desenvolvimento”, afirma Hermann Wever, presidente no Brasil da multinacional alemã Siemens, carro-chefe de um conglomerado de sete empresas, com 15 fábricas, 16 mil funcionários e um faturamento, no último exercício, de US\$ 500 milhões. “Todo mundo vai esperar, porque há um choque evidente entre os princípios liberalizantes da nova política industrial e a postura retrógrada adotada pela Constituinte na área econômica.”

Esta constatação pessimista não impede, porém, um julgamento altamente elogioso sobre o conteúdo da nova política industrial. Para Wever, os decretos assinados pelo presidente Sarney são positivos e necessários, porque estimulam as empresas brasileiras a buscar maior competitividade, além de apontar na direção de uma abertura da economia para o exterior — num momento em que, segundo o presidente da Siemens, a indústria brasileira já adquiriu um grau de maturidade que lhe permite assumir o desafio da competição externa. “Os decretos da política industrial trouxeram uma lufada de ar fresco na discussão da economia”, diz Wever.

Entre as principais virtudes da nova política, o executivo da Siemens

aponta a liberalização gradual das importações. Em alguns setores nos quais a empresa atua, diz ele, os preços finais de seus produtos sofrem os efeitos danosos dos custos de componentes e matérias-primas nacionais. Como exemplo, Wever cita a produção de transformadores de alta-tensão, realizada pela Tusa, uma empresa coligada do grupo, instalada na cidade de Jundiá, no interior de São Paulo.

“Já perdemos uma porção de concorrências internacionais porque os preços do aço e do cobre brasileiros pesam demais sobre os nossos custos”, conta. Outro exemplo, na mesma linha, é fornecido pela produção de componentes realizada em Gravataí, no Rio Grande do Sul, por outra coligada do grupo, a Icotron. “Pagamos, no Brasil, por materiais como folhas de alumínio e plástico, muito mais caro do que se cobra no exterior”, diz Wever.

Mesmo na área de fabricação de equipamentos pesados para geração de energia, no qual a indústria brasileira é extremamente competitiva, e disputa o mercado internacional em pé de igualdade, há problemas. Neste caso, porém, é a ociosidade de mais de 50% das fábricas — somada ao elevado custo financeiro das operações — que repercute negativamente sobre o custo dos produtos. “Neste caso, não faz sentido abrir o mercado precipitadamente, porque o preço dos fabricantes, no exterior, vai ser necessariamente menor que o nosso”, raciocina o executivo. “Somos competitivos, mas em regime de utilização normal.”

Outra área na qual a abertura de mercado deve ser gradual, segundo o presidente da Siemens, é a de disjuntores de alta-tensão — equipamentos elétricos de grande porte que têm a finalidade de evitar sobrecargas elétricas. Este mercado é ainda muito estreito no Brasil e convive, no momento, com um mercado internacional ocioso e com preços deprimidos. “Em todos os setores, a abertura tem que ser gradual para não inviabilizar a produção local”, resume.

## Brasil impede associações

No início do mês passado, a Siemens do Brasil recebeu a visita de uma delegação de funcionários do governo chinês. Eles estavam interessados em adquirir tecnologia na área elétrica e dispostos a gastar dinheiro com a importação das peças e componentes que se fizessem necessários. Fizeram uma ressalva: para que o processo de transferência de tecnologia funcione de fato, eles querem comprometer seus fornecedores através da montagem de *joint-ventures* — empresas binacionais dirigidas pelos próprios chineses.

“É incrível que no Brasil nos impeçam de fazer esse tipo de associação na área de informática”, queixa-se Wever, lembrando a eterna pedra no sapato dos

investidores estrangeiros que atuam no Brasil na área de tecnologia de ponta. “A presença da informática na área elétrica é crescente e as restrições nesse setor podem comprometer a modernização pretendida pelo governo na área industrial.” O presidente da Siemens afirma — embora não disponha de números — que o preço da reserva de mercado de informática já está se fazendo sentir na produção. Além disso, ela priva o país da tecnologia que as empresas estrangeiras dispõem nesse setor. A Icotron, empresa do grupo que fabrica componentes eletrônicos, por exemplo, é proibida de atuar na área de circuitos integrados de tecnologia digital. “Nós temos muito que contribuir nesse setor, mas estamos impedidos de competir.”